



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Edital de Concurso Público nº 03/2022



CADERNO DE PROVAS

Cargo	Tipo de Prova
FISCAL DE TRIBUTOS	4

➤ **AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE PROVAS.**

Leia atentamente as instruções abaixo:

- No seu Cartão Resposta preencha a bolinha correspondente ao tipo de prova descrito ao lado do nome do cargo constante nessa prova. Exemplo:

➤ Na Prova	➤ No Cartão Resposta												
<table><tr><th>Cargo</th><th>Tipo de Prova</th></tr><tr><td>Nome do cargo</td><td>1, 2, 3 ou 4</td></tr></table>	Cargo	Tipo de Prova	Nome do cargo	1, 2, 3 ou 4	<div>Tipo de Prova</div> <table><tr><td>1</td><td><input type="radio"/></td></tr><tr><td>2</td><td><input type="radio"/></td></tr><tr><td>3</td><td><input type="radio"/></td></tr><tr><td>4</td><td><input type="radio"/></td></tr></table>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	3	<input type="radio"/>	4	<input type="radio"/>
Cargo	Tipo de Prova												
Nome do cargo	1, 2, 3 ou 4												
1	<input type="radio"/>												
2	<input type="radio"/>												
3	<input type="radio"/>												
4	<input type="radio"/>												

Atenção! Siga as instruções abaixo:

Na sua prova, ao lado do nome do cargo, consta a numeração 1, 2, 3 ou 4, sendo este numero o tipo da sua prova.

No seu Cartão Resposta, você deve preencher o campo correspondente ao tipo de prova que está no seu Caderno de Prova (1, 2, 3 ou 4).

- Assine seu **Cartão Resposta**.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identificação, caneta esferográfica de tinta preta ou azul, feita de material transparente e recipiente com água sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- Não será permitida qualquer tipo de consulta ou comunicação entre os candidatos.
- Verifique se sua prova é para o cargo ao qual se inscreveu e se a mesma contém **35 questões**, numeradas de **1 à 35**. Caso contrário, informe imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores por falha de impressão e/ou total de questões.
- Para cada questão existe apenas **uma** resposta certa. A resposta certa deve ser marcada no **Cartão Resposta**. Segue demonstrado a forma correta de preencher o **Cartão Resposta**: ●
- As marcações duplas, rasuradas ou marcadas diferente do modelo acima, ocasionará a anulação da questão.
- É de responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados do **Cartão Resposta**.
- A prova terá duração de **03h**, incluído neste horário, o tempo para o preenchimento do **Cartão Resposta**.
- A saída da sala só poderá ocorrer após decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas.
- Ao terminar sua prova, entregue o **Cartão Resposta** ao fiscal da sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.
- Não é permitido o uso do banheiro após entregar seu Cartão Resposta.

Boa prova!

Conhecimentos Específicos

Questão 01

Sobre a exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A isenção e a anistia dispensam o contribuinte do pagamento de apurar e cumprir a obrigação principal e a acessória.
- (B) Para conceder a isenção e a anistia, há necessidade de lei específica.
- (C) Isenção, imunidade, não incidência e alíquota zero são a mesma coisa.
- (D) A isenção é causa de exclusão do crédito tributário, já a anistia é causa de extinção.

Questão 02

Sobre o Código Tributário Nacional vigente, é CORRETO afirmar que:

- (A) As normas gerais em matéria tributária do Código Tributário Nacional têm status de lei complementar, mas podem ser alteradas tanto por lei complementar como por lei ordinária.
- (B) Foi recepcionado com força de lei complementar pela Constituição Federal de 1967.
- (C) Foi recepcionado com força de lei ordinária pela Constituição Federal de 1988.
- (D) Foi editado como lei ordinária e se transformou em lei complementar com a Constituição Federal de 1988.

Questão 03

Somente uma das opções abaixo é hipótese de extinção do crédito tributário. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Parcelamento.
- (B) Moratória.
- (C) Anistia.
- (D) Prescrição.

Questão 04

Referente aos impostos municipais, é CORRETO afirmar que:

- (A) Nos termos da Constituição Federal de 1988, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana e rural do Município.
- (B) Em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), os Municípios possuem liberalidade para fixação de suas alíquotas mínimas e máximas, não havendo nenhuma restrição por lei.

- (C) O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) se trata da transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- (D) Tanto o Imposto sobre Territórios Rurais (ITR) como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) possuem semelhanças no tocante à espécie de riqueza tributada assim como nas suas finalidades, com ambos possuindo características predominantemente extrafiscais.

Questão 05

Sobre o indébito tributário e sua repetição, é CORRETO afirmar que:

- (A) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
- (B) A reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória não dá direito à restituição do valor.
- (C) A cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido, dará direito somente à restituição parcial do valor.
- (D) A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, mas não na mesma proporção dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Questão 06

Quanto a vigência, interpretação e aplicação da legislação tributária, é CORRETO afirmar que:

- (A) As regras da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro não são aplicáveis em matéria de legislação tributária.
- (B) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor, salvo disposição em contrário, 15 dias após a data de sua publicação.
- (C) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribuir eficácia normativa, entram em vigor, salvo disposição em contrário, 15 dias após a data de sua publicação.
- (D) Os convênios que entre si celebrarem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, entrarão em vigor, salvo disposição em contrário, na data neles prevista.

Questão 07

Somente uma das opções abaixo é hipótese de suspensão do crédito tributário. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Moratória.
- (B) Pagamento.
- (C) Compensação.
- (D) Transação.

Questão 08

No que se refere as limitações ao poder de tributar, é CORRETO afirmar que:

- (A) Identifica-se o confisco como uma tributação excessivamente onerosa e que o contribuinte não suporte, contudo, desde que esteja devidamente previsto em lei e havendo a necessidade de arrecadação em caráter de urgência, é possível que o legislador majeure ou institua tributo em excesso.
- (B) A anterioridade e a anterioridade nonagesimal são a garantia de conhecimento antecipado de lei tributária mais gravosa ao contribuinte, isto é, visa assegurar os impactos de uma eventual instituição ou majoração de tributos, aplicando-se a todas as espécies tributárias.
- (C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído, contudo, sendo permitido nas situações em que houver aumentado, razão pela qual neste caso não se aplica a irretroatividade.
- (D) A legalidade tributária, em regra, exige que os tributos sejam instituídos pela própria lei, porém, poderá delegar ao Executivo excepcionalmente a competência para instituir ou majorar tributos.

Questão 09

O Art. 3º, do CTN, define o conceito de tributo da seguinte forma: "Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.". Portanto, com base nesse conceito, assinale a alternativa correta no tocante ao conceito de tributo.

- (A) O tributo só pode ser criado ou extinto por lei ordinária.
- (B) Sendo o tributo uma prestação que não constitui sanção de ato ilícito, há de se concluir que o tributo pode ter caráter confiscatório.
- (C) Apesar da cobrança ser feita de maneira vinculada, a autoridade tributária poderá em algumas situações analisar se é oportuno cobrar o tributo.
- (D) Tributo é receita derivada, sendo irrelevante a vontade das partes (credor e devedor) e o dever de pagá-lo é imposto pela lei.

Questão 10

Sempre que a Constituição Federal de 88 diretamente limita a competência tributária atribuída aos entes políticos, está conferindo uma imunidade. Logo, as regras imunizantes podem suprimir a competência tributária para quaisquer espécies tributárias, bastando a respectiva previsão constitucional. Desta feita, na Carta Magna, a imunidade tributária prevista no Art. 5º, inc. XXXIV, refere-se a:

- (A) Empréstimos compulsórios.
- (B) Contribuições sociais.
- (C) Impostos.
- (D) Taxas.

Questão 11

Sobre a constituição do crédito tributário, é CORRETO afirmar que:

- (A) A obrigação tributária e a constituição do crédito tributário surgem com o fato gerador.
- (B) A expressão "crédito tributário" prevista no art. 142, do CTN, pressupõe certeza e liquidez.
- (C) A constituição ou formalização do crédito tributário se dá exclusivamente pelo lançamento da autoridade pública.
- (D) O lançamento do crédito tributário poderá se dar de 02 (duas) formas: por declaração e por homologação.

Questão 12

No que concerne à competência tributária, é CORRETO afirmar que:

- (A) Nos termos do art. 148, da Constituição Federal, poderá a União, por meio de lei ordinária, instituir empréstimos compulsórios para atender despesas extraordinárias que decorram de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência OU no caso de investimento público de urgência e que possua relevância nacional, desde que seja feito no mesmo exercício financeiro da publicação da lei que instituiu ou aumentou o empréstimo.
- (B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- (C) A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal podem instituir, mediante lei complementar, novos impostos, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.
- (D) São contribuições especiais, conforme previsto no art. 149 da Constituição Federal, as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, sendo de competência exclusiva da União instituí-las.

Questão 13

Sobre a capacidade tributária passiva e o domicílio tributário, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Uma criança de dez anos de idade sendo proprietária de um imóvel na área urbana do Município de Dionísio Cerqueira/SC pode ser considerada contribuinte do IPTU.
- (B) Toda pessoa jurídica necessita estar regularmente constituída de modo que seja considerada sujeito passivo da relação jurídico-tributária.
- (C) Se um contribuinte é domiciliado em Chapecó/SC, a análise de sua declaração anual de imposto de renda cabe à Delegacia da Receita Federal de Florianópolis/SC.
- (D) O Código Tributário Nacional estipula como regra básica para o estabelecimento do domicílio tributário a escolha do sujeito passivo e a Administração Pública não pode recusar o domicílio eleito, mesmo que o contribuinte impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

Questão 14

Nos termos do Código Tributário do Município de Dionísio Cerqueira/SC (Lei nº. 4090/2010), sobre a interdição do Estabelecimento, é INCORRETO afirmar que:

- (A) A aplicação da penalidade de interdição não excluirá as demais penalidades cabíveis previstas na Lei.
- (B) O estabelecimento do infrator poderá ser interditado se estiver em desacordo com a legislação de regência, mas haverá a necessidade do direito de defesa ao contribuinte.
- (C) A interdição do estabelecimento só ocorrerá se as demais penalidades previstas na Lei forem consideradas ineficazes.
- (D) A interdição, sempre temporária, será comunicada ao infrator, fixando-lhe prazo de até 15 (quinze) dias, para cumprimento da obrigação.

Questão 15

Sobre o dever fundamental de pagar tributo e de colaboração com a tributação, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Somos, efetivamente, responsáveis diretos por viabilizar a existência e o funcionamento das instituições públicas em consonância com os desígnios constitucionais.
- (B) Contribuir para as despesas públicas é obrigação necessária no âmbito de um Estado Democrático de Direito e as receitas tributárias são a fonte primordial de custeio das atividades públicas.
- (C) Existe um dever geral tanto de contribuir como de facilitar a arrecadação e de atuar no sentido de minimizar o descumprimento das prestações tributárias próprias e alheias.

- (D) A figura do dever fundamental de pagar tributos será suficiente para explicar a imposição de obrigações a não contribuintes.

Questão 16

Sobre os impostos federais, é CORRETO afirmar que:

- (A) O Imposto de Renda (IR) é um tributo com finalidade marcadamente fiscal, incidindo somente sobre a renda.
- (B) O imposto sobre a exportação (IE), tem como fato gerador do tributo, a data do registro da exportação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX).
- (C) O imposto sobre a importação (II) tem por objetivo carrear recursos para os cofres públicos federais e servem como mecanismo de controle sobre as importações.
- (D) O imposto sobre produto industrializado (IPI) não permite a compensação do que for devido em cada operação com o montante que for cobrado nas operações anteriores.

Questão 17

Sobre as espécies de tributos e suas teorias, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Quanto a controvérsia sobre a classificação dos tributos em espécies, o Supremo Tribunal Federal adota a teoria da tripartição (impostos, taxas e contribuições de melhoria).
- (B) Os adeptos da teoria da tripartição dos tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) entendem que as contribuições especiais e os empréstimos compulsórios não são tributos.
- (C) Os empréstimos compulsórios estão previstos no Art. 148, da Constituição Federal, e são de competência exclusiva da União.
- (D) O Código Tributário Nacional - CTN, no seu Art. 5º, dispõe que os tributos são impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios.

Questão 18

Sobre os princípios tributários, é correto afirmar, EXCETO:

- (A) O princípio da capacidade contributiva se caracteriza por orientar toda a tributação, inspirando o legislador e orientando os aplicadores das normas tributárias.
- (B) O princípio da praticabilidade da tributação atua no sentido de medidas relacionadas à apuração, fiscalização, arrecadação e cobrança dos tributos, de modo que sejam mais simples e efetivas, ou seja, medidas que colaboram para a praticabilidade da tributação.

- (C) O princípio da segurança jurídica garante ao Estado maior efetividade e confiança, inclusive podendo aplicar penalidades ao contribuinte de modo a garantir a arrecadação de tributos antes de um devido processo legal.
- (D) O princípio da igualdade, no âmbito do direito tributário, não permite que se faça a diferenciação de forma arbitrária, se amparando na Constituição Federal e na capacidade contributiva do contribuinte.

Questão 19

Quanto à legislação tributária e o papel dos diversos instrumentos legislativos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Em matéria tributária, os Decretos, as Instruções Normativas e as Portarias se limitam a regulamentar leis e normas internas da Administração Pública.
- (B) O Art. 146, da Constituição Federal, exige lei complementar para prever sobre conflitos de competência em matéria tributária, mas para regular as limitações constitucionais ao poder de tributar poderá ser feito através de lei ordinária.
- (C) Para a instituição de tributos, exige-se lei ordinária, mas para estabelecer penalidades e exoneração da obrigação de pagar tributos, poderá ser feito através de Decretos Executivos.
- (D) Caberá ao Senado, em matéria de ICMS, estabelecer por meio de Resolução, as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação, nos termos do Art. 155, § 2º, IV, da Constituição Federal de 88.

Questão 20

Assinale a alternativa INCORRETA sobre a existência, exigibilidade e exequibilidade do crédito tributário.

- (A) Na hipótese de inadimplemento pelo contribuinte, o crédito se torna exigível para inscrição em dívida ativa.
- (B) Quando formalizada a existência e liquidez do crédito tributário, o CTN considera constituído o crédito e o Fisco pode opor ao contribuinte a sua existência e dele exigir o pagamento.
- (C) Com o surgimento da relação jurídico-tributária, surgem o débito e o crédito tributários.
- (D) O Fisco poderá agir perante o contribuinte independentemente da existência e liquidez do crédito tributário.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 24.

A tocante amizade entre um menino de 4 anos e um idoso de 91, que sofre de demência.

Mãe queria que filho aprendesse a conviver com idosos e o levou a uma casa de repouso.

A vida de Stuart Gulliver, 91, ficou um pouco mais divertida nos últimos dois anos e meio. Foi nesse período que ele fez um novo amigo: Daniel, atualmente com 4 anos.

Gulliver tem demência em estágio inicial e vive em uma casa de repouso em Nottingham, na Inglaterra. É lá que ele recebe semanalmente a visita de Daniel desde que o menino tinha 1 ano e meio. Daniel passou a frequentar o local porque sua mãe, Natalie Holmes, queria que ele aprendesse a conviver com idosos. Foi assim que os dois se conheceram e se tornaram amigos.

Gulliver diz que Daniel é muito inteligente para a idade dele e que se diverte quando os dois brincam de carrinho. Holmes conta que a convivência dos dois fez com o que o menino ganhasse mais confiança e aprendesse novas palavras. E ela diz que é notável a melhora de Gulliver, mesmo sabendo que a doença não tem cura.

Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/>

2018/07/26/ Acesso em Jan 2023

Questão 21

No trecho: "Daniel passou a frequentar o local porque sua mãe, Natalie Holmes, queria que ele aprendesse a conviver com idosos." O uso de vírgulas neste trecho justifica-se porque:

- (A) A vírgula deve ser usada para separar termos independentes entre si.
- (B) A vírgula deve ser usada para separar um aposto da frase.
- (C) A vírgula deve ser usada para separar um vocativo da frase.
- (D) A vírgula deve ser usada para separar termos explicativos na frase.

Questão 22

A regra que justifica a acentuação das palavras: demência e convivência, que aparecem no texto, é:

- (A) São acentuadas as palavras proparoxítonas terminadas em a.
- (B) São acentuadas as palavras paroxítonas terminadas em a.
- (C) São acentuadas as palavras as palavras proparoxítonas terminadas em ditongo.
- (D) São acentuadas as palavras paroxítonas terminadas em ditongo.

Questão 23

Podemos inferir que o assunto principal de que trata o texto é:

- (A) A amizade entre Daniel e Stuart era para o menino aprender novas palavras.

- (B) Projeto que incentiva a convivência de idosos internados em casas de repouso.
- (C) Amizade entre um menino e um idoso de uma casa de repouso.
- (D) Tratamento para demência através da convivência entre idosos e crianças.

Questão 24

O objetivo do texto é:

- (A) Criticar.
- (B) Divulgar.
- (C) Informar.
- (D) Entreter.

Questão 25

Leia a frase: "Táti, na hora em que ela disse isso eu senti como se uma luz vindo do céu na minha direção.". A função exercida pelo QUE na frase apresentada é:

- (A) Objeto direto.
- (B) Objeto indireto.
- (C) Pronome relativo.
- (D) Adjunto adverbial.

Questão 26

Leia o fragmento:

Certa vez minha mãe surrou-me com uma corda nodosa que me pintou as costas de manchas sangrentas. Moído, virando a cabeça com dificuldade, eu distinguia nas costelas grandes lanhos vermelhos. Deitaram-me, enrolaram-me em panos molhados com água de sal - e houve uma discussão na família. Minha avó, que nos visitava, condenou o procedimento da filha e esta afligiu-se. Irritada, ferira-me à toa, sem querer. Não guardei ódio a minha mãe: o culpado era o nó.

RAMOS, Graciliano. Infância. Rio de Janeiro: Record, 1998.

No fragmento, o fator garante a sequência dos fatos e, portanto, contribui para a progressão temática é:

- (A) Indeterminação dos sujeitos de ações que caracterizam os eventos narrados.
- (B) Alternância das pessoas do discurso que determinam o foco narrativo.
- (C) Utilização de formas verbais que marcam tempos narrativos variados.
- (D) Recorrência de expressões adverbiais que organizam temporalmente a narrativa.

Questão 27

Leia atentamente a tirinha e responda:



Considerando os vícios de linguagem, na tirinha as palavras: **OVER** e **FASHION**, são classificadas como:

- (A) Estrangeirismo.
- (B) Barbarismo.
- (C) Anfibologia.
- (D) Solecismo.

Questão 28

Regência é o processo sintático em que um termo depende gramaticalmente de outro. Com base nessa afirmação, leia atentamente e identifique as frases escritas corretamente de acordo com a regra.

- I. Falou umas coisas bonitas que só vendo.
- II. No calor, é preferível sorvete à chá.
- III. Nós podemos criar novas realidades.
- IV. Não perturbar a vida selvagem.
- V. Todos devemos obediência as leis.

Assinale a alternativa que indica as frases escritas corretamente:

- (A) Apenas as frases II, III e V.
- (B) Todas as frases foram escritas corretamente.
- (C) Apenas as frases I, II e V.
- (D) Apenas as frases I, III e IV.

Questão 29

Dada a frase: "**Mariana já cortara o dedo quando encontrou com Felipe.**" Indique em que tempo e modo está a forma verbal destacada na frase.

- (A) Pretérito Imperfeito do Subjuntivo.
- (B) Pretérito mais-que-perfeito do Indicativo.
- (C) Pretérito Imperfeito do Indicativo.
- (D) Pretérito perfeito do Indicativo.

Questão 30

Em relação às regras de concordância do verbo SER, na frase: "**Duas horas não é tanto assim para um filme.**" A regra que se aplica a esta frase é:

- (A) Quando o sujeito indica preço, quantidade peso e o predicativo é expresso por algumas palavras, o verbo ser concorda com o predicativo e permanece no singular.
- (B) Em relação a horas, datas, distâncias, o verbo ser é impessoal e concorda com o predicativo.
- (C) Em orações interrogativas com os pronomes que e quem, o verbo ser concorda obrigatoriamente com o predicativo.
- (D) Com algumas palavras, desde que elas estejam representando o sujeito e com o predicativo no plural, o verbo ser também pode ir para o plural.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

Em relação aos fundamentos históricos do município de Dionísio Cerqueira/SC o território ocupado hoje pelo município fazia parte da:

- (A) Região denominada dos Farrapos.
- (B) Região denominada da grande capital.
- (C) Região denominada de Palmares.
- (D) Região denominada "ex-Contestado".

Questão 32

"Os manifestantes conseguiram invadir o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto. Há registros de depredação nas sedes dos três Poderes".

Acesso em: www.cnn.com.br

O fato narrado na manchete acima foi motivado por grupos que:

- (A) Grupos que manifestam a sua insatisfação com o resultados das eleições.
- (B) Grupos que manifestam a sua insatisfação com aumento do preço dos alimentos.
- (C) Grupos que manifestam a sua insatisfação com aumento da gasolina.
- (D) Grupos que manifestam a sua insatisfação com aumento da violência no país.

Questão 33

A luz da Lei Orgânica do Município de Dionísio Cerqueira/SC, em seu Art. 20, determina que os cargos em comissão e as funções de confiança devem ser exercidos, preferencialmente:

- (A) Por munícipes que exerceram a cidadania com seus deveres eleitorais.
- (B) Por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional.
- (C) Por profissionais em início de carreira.
- (D) Por indicados do poder legislativo.

Questão 34

O distrito de Barracão passou a denominar Dionísio Cerqueira/SC, depois de um decreto de lei estadual, sendo esse:

- (A) Decreto-lei estadual nº 86, de 31-03-1938.
- (B) Decreto-lei estadual nº 96, de 31-03-1936.
- (C) Decreto-lei estadual nº 56, de 31-03-1937.
- (D) Decreto-lei estadual nº 76, de 31-03-1939.

Questão 35

Em relação aos vencimentos do servidor público o Art. 20 da Lei Orgânica do Município de Dionísio Cerqueira/SC, determina que:

- (A) Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis.
- (B) Os vencimentos dos servidores públicos são duplicados pelo salário base de menor valor quando ocupar mais de uma função.
- (C) Os vencimentos dos servidores públicos é redutível desde que acordado e aceito pelo servidor.
- (D) Os vencimentos dos servidores são acrescidos de comissão de 20% se não houver nenhuma falha.